

6 anúncios

Em defesa do ensino gratuito

NELSON MACULAN FILHO

Ultimamente os grandes veículos de informação no Brasil têm desvirtuado a discussão do ensino superior público e gratuito, difundindo o velho pensamento demagógico: "só os pobres têm direito ao ensino gratuito". Supondo que todos os contribuintes paguem seus impostos corretamente, isto é, aqueles com maior rendimento devam contribuir mais para o orçamento nacional, o ensino público e gratuito estaria sendo financiado por todos. Caso isto não seja verdadeiro, e provavelmente não o é, o País necessita de uma ampla reforma tributária e não do ensino pago nas instituições públicas.

As instituições de ensino público e gratuito no País são responsáveis por 85% da pesquisa e pela formação de 95% dos mestres e doutores e 33% dos graduados. Elas têm mostrado competência para tratar os problemas presentes assim como para projetar os problemas futuros em todas as áreas de atuação.

Outra falácia é a de que o Ministério da Educação dispõe mais de 70% de seu orçamento nas instituições federais de ensino superior, deixando de lado o ensino de Primeiro e Segundo Graus. Lembremos que hoje os governos municipais e estaduais têm obrigação constitucional de manter o ensino de Primeiro e Segundo Graus. Neste sentido, o papel principal do Ministério da Educação, no que se refere às suas dotações orçamentárias, é a criação de condições financeiras para que o ensino federal superior possa continuar gratuito e de qualidade.

O acesso aos bancos universitários públicos e gratuitos é feito através de concurso público de provas (vestibular), maneira democrática de aferição dos conhecimentos para o ingresso ao ensino superior. As escolas de Primeiro e Segundo Graus preparam os candidatos ao vestibular, no entanto não há uma real vontade de política no Brasil de valorizar os estabelecimentos públicos de ensino municipais e estaduais, fazendo com que as instituições particulares de ensino de Segundo Grau consigam que seus egressos ocupem a grande maioria das vagas das instituições de ensino superior públicas e gratuitas. Por isso temos que propor novas soluções para uma efetiva integração entre os três níveis de ensino no País. E, com efeito, as universidades públicas e gratuitas no Brasil, graças aos seus grupos de pesquisa, vêm buscando estratégias

técnicas e filosóficas visando a construir um projeto de ensino para o País. É importante lembrar que Jean-Paul Sartre, que por motivos ideológicos recusou receber o Prêmio Nobel de Literatura, sempre foi professor secundário na França.

Uma universidade que não possui pesquisa não é uma universidade, seu papel não é apenas a transmissão do conhecimento, sua função mais importante é a criação de conhecimento novo, renovado, através da pesquisa. A formação dos mestres e doutores é feita principalmente pela pesquisa. No que se refere à formação dos graduados se faz cada vez mais importante aumentar a parcela daquelas que participam de um programa de iniciativa científica nos cursos de graduação, já que tal propedéutica à investigação livre propicia uma atitude mais crítica diante dos parâmetros convencionais, inerentes ao conhecimento compartimentado pelas fronteiras disciplinares. As universidades públicas e gratuitas procuram e devem pesquisar em todos os seus setores do conhecimento para alargar seu horizonte, neste momento de crise dos saberes consagrados.

O ensino, a pesquisa e as atividades de extensão estão presentes nas universidades, no entanto as atividades de extensão devem estar intimamente ligadas ao ensino e à pesquisa. A extensão não pode ser meramente assistencial, não deve substituir outros organismos municipais, estaduais ou federais, pois aí estaria negligenciando sua função de vínculo, de ponte acadêmico-societária.

A universidade pública e gratuita, mesmo no Terceiro Mundo, não pode estar apenas interessada em formar profissionais para o mercado de mão-de-obra qualificada. Tem que manter todos os seus setores de atuação dinâmicos, mesmo aqueles que, numa ótica produtivista, podem ser vistos como deficitários, em função da rarefeita demanda de alunos. A universalidade implícita no próprio nome da instituição compreende não só o estímulo às novas áreas mais utilitárias, como também a manutenção dos campos tradicionais de conhecimento humanístico e filosófico, por sua capacidade de fecundar o pensamento, de ensinar a pensar.

A universidade tem que ser plural em todos seus aspectos: acadêmico, científico, artístico, ideológico, cultural, no relacionamento com a sociedade. A garantia des-

te pluralismo, sobretudo em países de Terceiro Mundo, é a universidade pública, pública e não estatal. O caráter público implica a necessária vinculação com a sociedade civil que a mantém. Ao contrário, a difundida incompreensão deste princípio leva à confusão entre a instituição que é pública e, portanto, bem societário, e o órgão estatal, subordinado aos interesses hegemônicos do Estado.

O compromisso com a qualidade e com a ética em todas as atividades universitárias tem que ser avaliado e verificado periodicamente, por um sistema de acompanhamento com a participação da comunidade universitária e da sociedade em geral. Os recursos públicos, empregados nas universidades, exigem uma prestação de contas, não apenas perante o Tribunal de Contas da União, mas principalmente no que se refere à qualidade dos resultados obtidos.

Nas instituições públicas de ensino superior se encontra parte das tarefas mais difíceis e mais nobres da sociedade: formar cidadãos que questionam e formulam problemas, procurando suas respostas e soluções em todos os setores do conhecimento.

A gratuidade do ensino público superior é indispensável à continuação e ao aperfeiçoamento do perfil em processo das instituições públicas de ensino superior no Brasil. Nos Estados Unidos, onde o ensino superior é pago pelos estudantes, pode-se constatar que o total das taxas e mensalidades provenientes deste pagamento não ultrapassa os 10% das despesas gerais das universidades. O Governo americano completa estes gastos através de incentivos colocados à disposição das empresas privadas e de verbas para pesquisas ligadas a seus ministérios. Assim sendo, 90% das despesas com a educação superior nos Estados Unidos estão a cargo de seu Governo (estadual e federal), além de uma boa percentagem de alunos possuir bolsas concedidas por organismos oficiais de assistência ao corpo discente. Em quase todos os países da Europa o ensino superior público é gratuito.

E legítima e faz-se inadiável a defesa do ensino superior público e gratuito no Brasil, pela garantia democrática que oferece à expansão do saber, em uma sociedade tão desigual, injusta e, ainda e apesar, pródiga em criatividade e resistência à espoliação.

Nelson Maculan Filho é Reitor da UFRJ.